Arquivos Públicos Municipais: proposta de criação e conscientização na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Observatório dos Arquivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Área temática: Ciências Sociais Aplicadas

Autores: Carlos Eduardo Mari Alvarenga / Gabriel Ribeiro Costa Baêta Silva

Orientadores: Welder Antônio Silva / Cintia Aparecida Chagas Arreguy

Escola de Ciência da Informação / Departamento de Teoria e Gestão da Informação / Curso de Arquivologia

Nas últimas décadas brasileiras vários dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e as leis 8.159, de 1991, e 12.527, de 2011, têm demonstrado a relevância do acesso às informações públicas para um programa de governo maior, de consolidação da democracia nacional. Ademais, a notável complexidade da administração pública contemporânea, sempre crescente, demanda cotidianamente a implantação e manutenção de políticas conscientes de gestão. Nesse contexto, destaca-se facilmente a gestão de documentos da administração municipal como tarefa indispensável a ser realizada nos municípios de todo país, dada, inclusive, a precariedade da situação como um todo, segundo literatura especializada da área (ver por exemplo gráfico abaixo, proveniente das pesquisas feitas pelo projeto).

ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS INSTITUCIONALIZADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

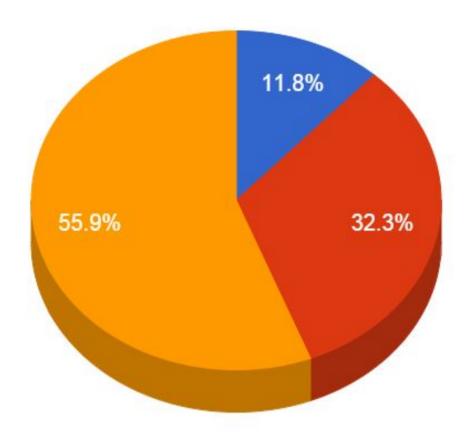


FIGURA 1 - Dos 34 municípios da RMBH, somente 4 possuem Arquivo Público Municipal institucionalizado (em azul); 11 possuem ao menos algum setor responsável pelo serviço de arquivo, passível de identificação pela equipe do projeto (em vermelho); os demais, a grande maioria, permanecem alijados das questões relativas a gestão documental pública (em amarelo).

Por conseguinte, o projeto visa atuar como um "observatório" para toda a RMBH, monitorando o status da gestão de documentos públicos municipais, em sintonia com a legislação brasileira. Os alvos são os Arquivos Públicos Municipais, quando raramente existem, ou os órgãos, repartições e departamentos responsáveis por gerir a documentação produzida pela administração dos municípios (que, por certo, estará fisicamente em alguma secretaria municipal ou mesmo na própria sede da Prefeitura).

UFmG



projeto se alinha à tríade ensino pesquisa extensão oferecendo oportunidade de aprendizagem para os servidores públicos de cada um dos municípios. Também oferece para a sociedade um diagnóstico atualizado contendo dados relativos à administração pública de todos os municípios da RMBH por meio do portal na web. Além desse diagnóstico, no portal ainda se encontram alguns resultados e produtos desenvolvidos no do projeto, especificamente, vídeos interativos (desenvolvido em software especializado) relacionados à criação, implantação e construção de Arquivos Públicos Municipais, bem como a legislação brasileira que dispõe sobre o tema, publicações técnicas e notícias direcionadas ao público alvo. Considera-se, finalmente, o apoio e o suporte informacional oferecidos pelo projeto uma oportunidade ímpar de fomentar programas de gestão de documentos em Minas Gerais; uma demanda tão urgente e tão cara a todos os estados brasileiros.



FIGURA 2 - Tela do portal do projeto "Observatório dos arquivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte"; na aba em questão encontram-se os vídeos produzidos ao longo do projeto.

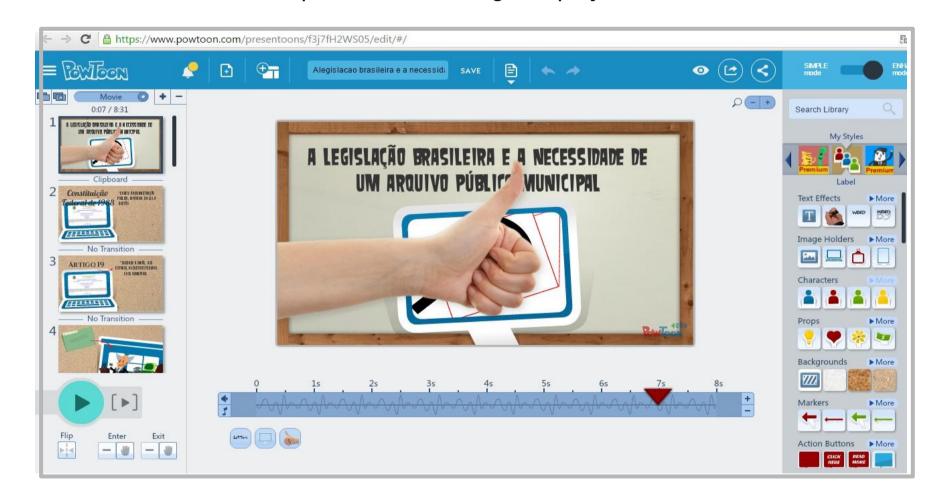


FIGURA 3 - Tela do software utilizado para elaboração dos vídeos interativos; o aplicativo, de nome "Powtoon", funciona em nuvem e pode ser pago (foco para a interface amigável do aplicativo).





REFERÊNCIAS

Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Constituição do Brasil, de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1998.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

BRASIL. Presidência da República. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 1991.